

Sistemas de informação do Incra

TCU avalia sistemas de informação do Incra

A auditoria operacional na área de Tecnologia da Informação do Incra teve como origem o mapeamento de riscos realizado em Levantamento de Auditoria na Reforma Agrária, executado em 2007/2008. O tema foi escolhido em função de os principais macroprocessos da Reforma Agrária estarem contidos em dois grandes Sistemas da Informação, intimamente relacionados, o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), que faz o controle das informações da malha fundiária nacional e o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra), que faz o controle das informações dos projetos de assentamento da autarquia.

O mau uso desses sistemas e as falhas que apresentam têm constituído importante empecilho ao planejamento das principais ações da autarquia e ao trabalho dos órgãos de controle envolvidos, limitando a transparência dos resultados e dos processos de trabalho do Incra.

A auditoria objetivou traçar o perfil das principais ações desenvolvidas na área de sistemas da informação com vistas a estabelecer condições mínimas para viabilizar: a produção de relatórios gerenciais informatizados; o acesso aos sistemas específicos pelos agentes de controle; o aumento da segurança quanto à qualidade dos dados; o aumento da celeridade dos processos de desenvolvimento de software e o incremento da segurança dos dados constantes principalmente no SNCR e no Sipra.

Principais achados do TCU

Constatou-se que o Incra não tem observado as normas que tratam do “Processo de Ciclo de Vida de Software”, como a existência de atividades de apoio ao ciclo de vida do desenvolvimento com processos de documentação, gerência e garantia de qualidade. Também não são observadas as regras internacionais de segurança da informação, principalmente no que se refere à Política de Segurança da Informação (PSI) e à Política de Controle de Acessos (PCA).

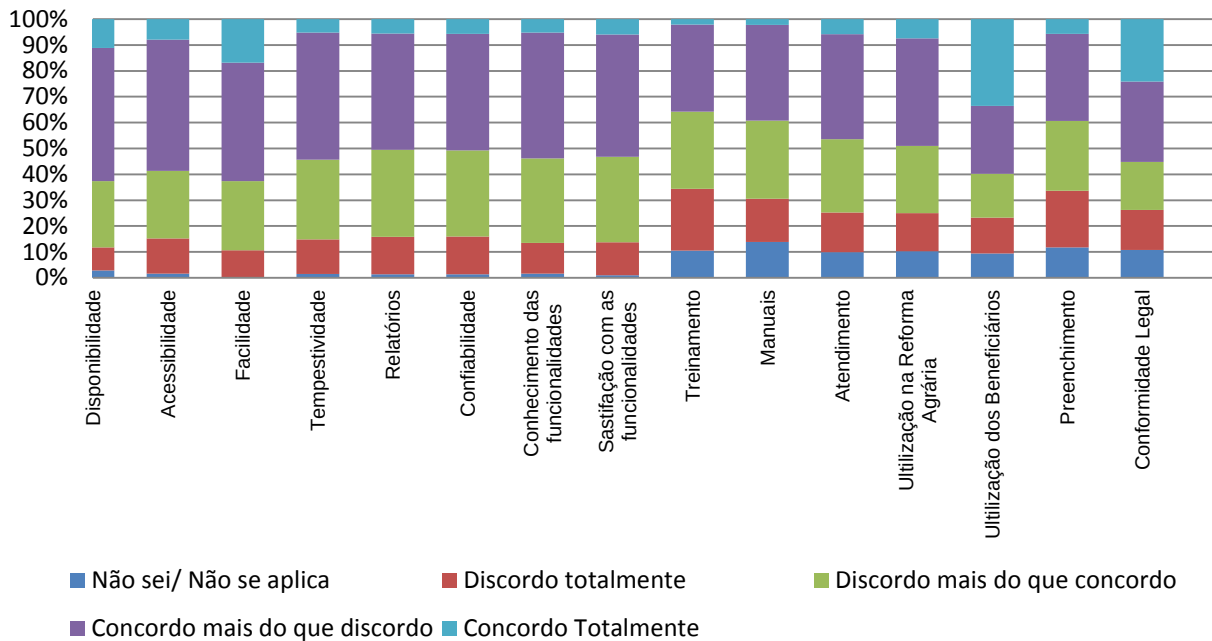
As falhas mais graves estão ligadas à insuficiência de mecanismos e regras controle de acessos, que contenham critérios de autenticação de informações, concessão de autorizações e regras de auditoria de dados, por exemplo.

Essas falhas detectadas na auditoria, principalmente a ausência de Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas (MDS), de *Framework* de gerenciamento de projetos, de Política de Segurança da Informação e de Controle de Acessos, refletem negativamente na contratação e na qualidade dos serviços de TI da autarquia e afetam a usabilidade e os custos dos sistemas.

Também foram destacados pontos a serem corrigidos na gestão de ativos de TI, no gerenciamento de operações e comunicações, dentre outros. A principal consequência dessas falhas na construção e manutenção dos sistemas informatizados, mormente o SNCR e o SIPRA, é a alta quantidade de inconsistências que geram o que inviabiliza o uso para fins gerenciais e de controle.

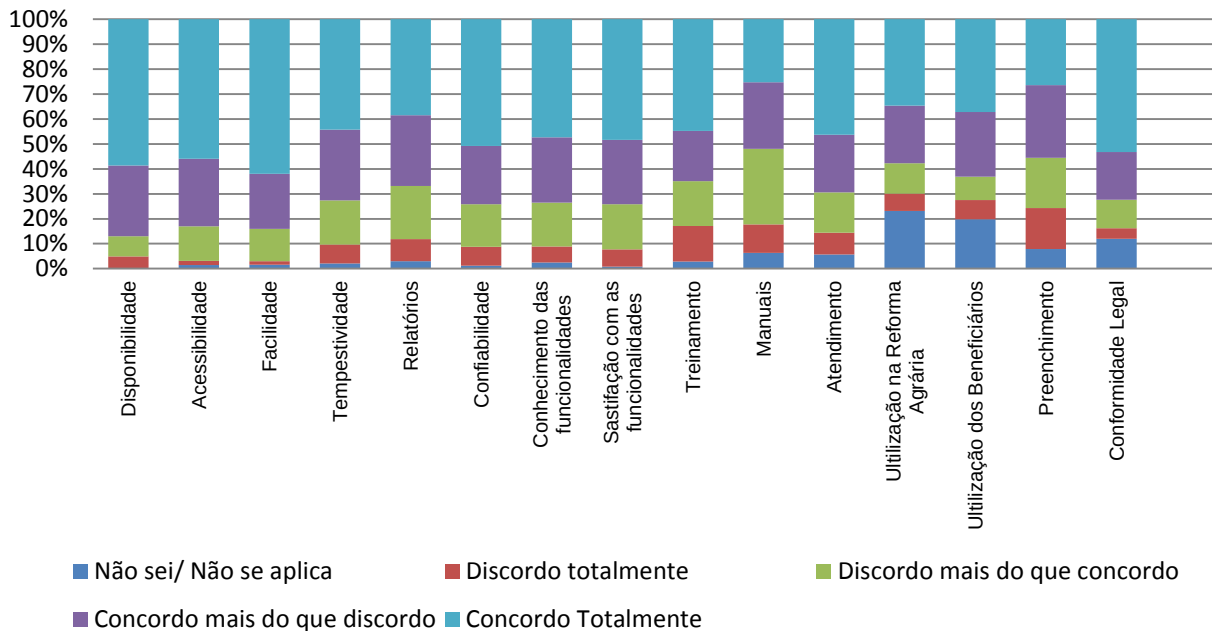
Grande quantidade de usuários dos sistemas mostraram-se insatisfeitos quanto aos diversos quesitos dos sistemas, conforme evidenciam os gráficos a seguir:

GRÁFICO 1 - AVALIAÇÃO DOS USUÁRIOS DO SIPRA NO INCRA A RESPEITO DA PERFORMANCE DO SISTEMA*:



Fonte: Questionário Eletrônico aplicado aos usuários do Sipra no Incra.*Foi avaliado se o usuário concordava ou discordava, em quatro níveis, com a boa performance do Sistema quanto aos aspectos descritos no eixo "x" do Gráfico.

GRÁFICO 1 - AVALIAÇÃO DOS USUÁRIOS DO SIPRA NO INCRA A RESPEITO DA PERFORMANCE DO SISTEMA*:



Fonte: Questionário Eletrônico aplicado aos usuários do SNCR no Incra.*Foi avaliado se o usuário concordava ou discordava, em quatro níveis, com a boa performance do Sistema quanto aos aspectos descritos no eixo "x" do Gráfico.

Grande parte dos problemas de confiabilidade dos dados constantes desses sistemas tem origem na falta de padronização de formulários e na ausência de rotinas para coleta de dados para inclusão no sistema; na falta de exigência para preenchimento de todos os módulos do sistema como pré-requisito para concessão de uso dos lotes da reforma agrária e para a liberação dos créditos e emissão de Declaração de Aptidão do Produtor Rural (DAP) e na baixa fiscalização da inserção de dados na base informatizada pelo Departamento de Auditoria Interna da autarquia.

Deliberações do TCU

As principais determinações do TCU estão ligadas às ações de reestruturação das rotinas e padrões de trabalho do Departamento de Informática do Incra, institucionalização de MDS, de Política de Controle de Acesso (PCA), estabelecimento de *Framework* de gerenciamento de projetos, estabelecimento de novos padrões para subcontratação de desenvolvimento de softwares, reestruturação de seu quadro funcional, inserção de mecanismos de auditoria de dados, de trilhas de auditoria e de segurança da informação.

A partir das determinações constantes das deliberações do TCU, espera-se que o Incra crie condições de gerir melhor os sistemas e que esses passem a ter dados consistentes e que possam subsidiar as ações de Reforma Agrária e de Ordenamento Fundiário afetas à Autarquia.

Como benefícios financeiros, espera-se gerar uma economia com a melhoria de processos decorrente da implantação das deliberações do TCU de aproximadamente R\$ 3.620.000,00 apenas no primeiro ano, decorrentes da supressão de controles paralelos que hoje são necessários e da redução de 20% nos custos dos sistemas, custos esses que vêm sendo majorados pela ausência de MDS e de *Framework* de gerenciamento de projetos.

Acórdão

Acórdão: 609/2011- Plenário

Relator: Ministro substituto Weber de Oliveira

TC nº 007.588/2009-2

Unidade Técnica responsável

SecexAmbiental

